

Resenha

AMÂNCIO, Isis Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. *Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Márcia Moreira Pereira (Universidade Nove de Julho/SP)¹

Ultimamente, um tema que vem sendo bastante discutido nas escolas é a implantação da lei 10.639/03 que obriga o ensino de história africana e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos oficiais e particulares. A discussão, como se sabe, não é nova, mas, na prática pedagógica, apesar de os alunos viverem na realidade a herança africana no Brasil, esta questão passa longe das salas de aula.

O livro *Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica* traz um estudo sobre a importância dessa disciplina e de como e por que aplicá-la nas escolas. As professoras Isis da Costa Amâncio, Nilma Lino Gomes e Miriam Lúcia dos Santos – da Universidade Federal de Minas Gerais – abordam na obra alguns temas trabalhados pelo grupo de pesquisa do qual participam, que tratam, de modo geral, da questão do negro no Brasil

No livro em questão, as autoras enfatizam a importância dessa lei não somente nos âmbitos escolares, mas também na questão social e intercultural, propondo atividades pedagógicas sobre a história e cultura afro-brasileira e discutindo sua relevância dentro e fora da sala de aula. Para as autoras, muitos alunos não sabem o valor do continente africano e muito menos da influência que a África exerce sobre nosso país. Mas, em toda essa discussão, uma pergunta se sobressai: será que os profissionais docentes estão preparados para ministrar essa disciplina? Nilma Gomes lembra que o estudo sobre o tema se restringia, antes, apenas a pesquisas acadêmicas, mas agora deve ser colocado em prática para o ensino fundamental e médio.

¹ Mestranda em Educação (Universidade Nove de Julho); professora do ensino público em São Paulo.
marcia.moreirapereira@gmail.com
Revista Litteris – www.revistalitteris.com.br

As autoras discutem ainda a importância de nossa diversidade cultural, e seus problemas, já presentes em nosso conteúdo escolar: “o Brasil – afirmam – é visto miticamente como o paraíso, por excelência, da harmonia racial da diversidade cultural. Todavia, ainda que as manifestações folclóricas estejam tão intimamente presentes no cotidiano popular, devido ao exotismo com que são abordadas, não chegam suscitar reflexões histórico-sociais na maioria dos espectadores, nem a integrar os currículos da educação nacional brasileira, o que compromete os processos de identificação dos educandos, muitas vezes protagonistas dessa tradição.” (p. 36). Para Iris Amâncio, por exemplo, é imprescindível um diálogo entre a cultura e a vida escolar do aluno, já que, muitas vezes, a cultura em que esse aluno está inserido fica fora da sala de aula. E completa: “o diálogo escola/afro-brasilidade – ação exigida pela lei 10.639, em seu potencial de interatividade –, além de alterar o lugar tradicionalmente conferido a matriz cultural africana, resgata e eleva a autoestima do alunado negro, de forma a abrir-lhe espaço para uma vivência escolar que o respeite como sujeito de uma história de valor, que é também a do povo brasileiro. Portanto, a implantação dessa lei corresponde a uma ação afirmativa, que visa à revisão da qualidade das relações étnico-raciais no Brasil, as quais são produzidas e reproduzidas na/pela escola.” (p. 37)

Em suas palavras finais, Nilma Gomes aborda a causa da distância da cultura afro-brasileira na escola, afirmando que “a ignorância tem sido ao longo da história da humanidade um campo fértil para a propagação de preconceitos. Dessa forma, a ignorância sobre a África e sua trajetória de ação, de luta, resistência, efervescência cultural e política da comunidade negra brasileira tem sido empecilhos para a construção de uma educação anti-racista e que caminha na perspectiva da diversidade.” (p. 154)

Enfim, a relação entre as culturas africana e brasileira não podem ser vistas apenas como história do passado, ignorada e desconhecida por muitos, pois envolve riquezas diversas e novos horizontes, o que, certamente, devem ser discutidos em todas as instâncias sociais, a começar pela sala de aula.